



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0009536-35.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Cheque**
 Requerente: **Nova Tintas Comércio de Tintas Em Geral Ltda**
 Requerido: **Fabiana Renata Piai Martins**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de embargos à execução alicerçada em cheque cuja emissão foi reconhecida pela embargante.

Esta em sua defesa alegou que a cártula foi dada em pagamento de negócio que celebrou com uma funilaria, mas como o serviço lá não foi realizado ela foi sustada.

A embargada apresenta-se como terceira em face da relação jurídica de origem, cuja boa-fé é presumida e não foi refutada por elementos consistentes.

A jurisprudência sobre o tema é assente:

“Declaratória de inexigibilidade. Cheque. Apontamento a protesto por terceiro. Negócio subjacente. Pagamento de prestação de serviços parcialmente realizados. Irrelevância na espécie. Circulação do título que impede a oposição das exceções pessoais ao terceiro de boa fé. Art. 25 da Lei do Cheque. Princípio não modificado pelo Código de Defesa do Consumidor. Recurso improvido” (Apelação nº 9111035-31.2008.8.260000, 17ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **ERSON T. OLIVEIRA**, j. 25.04.2012 – grifei).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

“Ação de anulação de títulos de crédito e medida cautelar de sustação de protesto – Hipótese de aplicação do princípio da inoponibilidade das exceções pessoais a terceiro de boa fé – Inexistência de provas de que o réu, ao receber o cheque, tenha agido com má-fé – Caso em que não há notícia da presença de irregularidade formal na cártula, tampouco a autora nega a sua emissão – Sentença reformada – Recurso provido” (Apelação nº 9219764-59.2005.8.26.0000, 38ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **RENATO RANGEL DESINANO**, j. 25.04.2012 – grifei).

Tal orientação aplica-se com justeza à espécie dos autos, não tendo a embargante sequer arguido concretamente a má-fé da embargada.

Se porventura houve desacertos entre a embargante e a beneficiária do título isso evidentemente não projeta reflexos à embargada ou afeta de algum modo sua esfera jurídica.

Bem por isso, a pretensão deduzida pela embargante não há de prosperar, permanecendo hígidos os atributos inerentes ao título exequendo.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos e determino o oportuno prosseguimento da execução.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de novembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA